

Perfil e dinâmica do desemprego no Brasil nos anos 2000¹

Gori Maia, Alexandre*

Resumo

Para verificar em que medida a ligeira recuperação da economia nos anos 2000 repercutiu na dinâmica e distribuição do desemprego no território brasileiro, este trabalho propõe-se a analisar a evolução das principais características da população desempregada e sua distribuição espacial entre os anos de 1999 a 2006. Pretende-se demonstrar como a tênue redução dos indicadores de desemprego do país não fora suficiente para atenuar a situação extrema de exclusão de parcela expressiva da população economicamente ativa e de reduzir as significativas diferenças nas propensões ao desemprego entre as principais regiões brasileiras.

Palavras-chaves: desemprego; mercado de trabalho; diferenças regionais;

Resumo

Para verificar como la ligera recuperación de la economía en los años 2000 influencio la dinámica e distribución del desempleo en el territorio brasileño, este trabajo se propone examinar la evolución de las principales características de la población desempleada y su distribución en las regiones brasileñas entre los años de 1999 y 2006. Se pretende demostrar como la tenue reducción de los indicadores de desempleo no fuera suficiente para atenuar la situación extrema de exclusión de grande parte de la población económicamente activa y de reducir las significativas diferencias en la propensión al desempleo entre las principales regiones brasileñas.

Palabras-chaves: desempleo; mercado de trabajo; diferencias regionales

¹ Texto apresentado no VII Colóquio de Transformações Territoriais, Curitiba, setembro de 2008.

* Doutor em Economia Social e do Trabalho. Pesquisador do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, no Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho.

Dinâmica do desemprego no Brasil nos anos 2000

Introdução

A baixa qualidade e quantidade de emprego gerado pela economia nos últimos anos são dois fatores fundamentais para compreender o elevado grau de pobreza e desigualdade da população brasileira. Após um longo período combinando alta inflação, baixo crescimento econômico e inúmeras tentativas frustradas de estabilização da economia, o plano real de 1994 criou a falsa expectativa da retomada da trajetória de crescimento e geração de emprego no país, mas os resultados ficaram muito aquém do esperado. A inflação desapareceu mas o desemprego passou a ser o novo vilão da economia brasileira. Entre 1995 e 2006, o PIB real brasileiro cresceu a modestas taxas de 2,5% a.a., valor equivalente aos 2,5% a.a. de crescimento da PEA brasileira no mesmo período, mantendo a baixa qualidade e quantidade dos empregos gerados no país (GORI MAIA, 2007).

O baixo crescimento econômico da década de 90, aliado à liberalização comercial, financeira, racionalização e modernização da estrutura produtiva repercutiram no nível de emprego e afetaram os setores mais estruturados e organizados da economia. Reduziu a criação de novos postos no mercado de trabalho e cresceu assustadoramente o desemprego, diversas formas de trabalho temporário, parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços (ANTUNES, 2000).

Com a desvalorização do real em 1999 e a retomada do crescimento da economia mundial em 2003, o mercado de trabalho brasileiro deu ligeiros suspiros de recuperação no começo dos anos 2000. Entre 1999 e 2006, aumentou em mais de 17 milhões o número de ocupados no país (3,2% a.a.), principalmente em ocupações não agrícolas e formais, alavancado pelo crescimento das exportações e do consumo interno de bens duráveis.

Para verificar em que medida esta ligeira recuperação da economia nos anos 2000 repercutiu na dinâmica e distribuição do desemprego no território nacional, este trabalho propõe-se a analisar a evolução das principais características da população desempregada e sua distribuição espacial entre os anos de 1999 a 2006. A hipótese central é que a ligeira melhora nos indicadores de desemprego do país não fora suficiente para atenuar a situação extrema de exclusão de parcela expressiva da população economicamente ativa e de reduzir as significativas diferenças nas propensões ao desemprego entre as principais regiões brasileiras.

As análises e resultados serão apresentados em duas partes: i) dimensões do desemprego no Brasil, identificando as características associadas ao número, tipo, duração e distribuição espacial do desemprego no país; ii) propensão ao desemprego: analisando a evolução do efeito de indicadores sócio-demográficos na chance do indivíduo estar desempregado.

Serão utilizadas informações das bases de microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)². Para viabilizar a comparabilidade da série histórica, excluíram-se os residentes das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá³. Consideraram-se como ocupados os indivíduos com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho remunerado na semana ou que exerciam trabalho não remunerado em pelo menos 1 hora na semana. Como desempregados, consideraram-se aqueles indivíduos com 10 anos ou mais de idade que não estavam ocupados na semana mas que, em um período de 12 meses, estavam à procura de trabalho.

1 Dimensões do desemprego

Pode-se dizer que a recuperação da economia mundial e a ligeira melhora da economia brasileira no início dos anos 2000 atenuou quase que inexpressivamente os elevados índices de precariedade do mercado de trabalho brasileiro. Ainda permanecem elevados índices de exclusão da população economicamente ativa

Na primeira metade dos anos 2000 o emprego cresceu em ritmo mais acelerado que o da população economicamente ativa brasileira e a taxa de desemprego caiu de 12,7% para 11,5% (Figura 1). A população desempregada continua, entretanto, representando parcela expressiva da população economicamente ativa (11,4 milhões de pessoas em 2006), tendo ainda aumentado seu contingente em 1,3 milhões de pessoas entre os anos de 1999 e 2006.

² A PNAD não foi aplicada no ano de 2000 para realização do Censo Demográfico.

³ Somente a partir de 2004 a PNAD passou a abranger todo o território brasileiro sendo que, até então, não abrangia as áreas rurais dos estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Estes representavam, em 2000, menos de 2% da população total brasileira

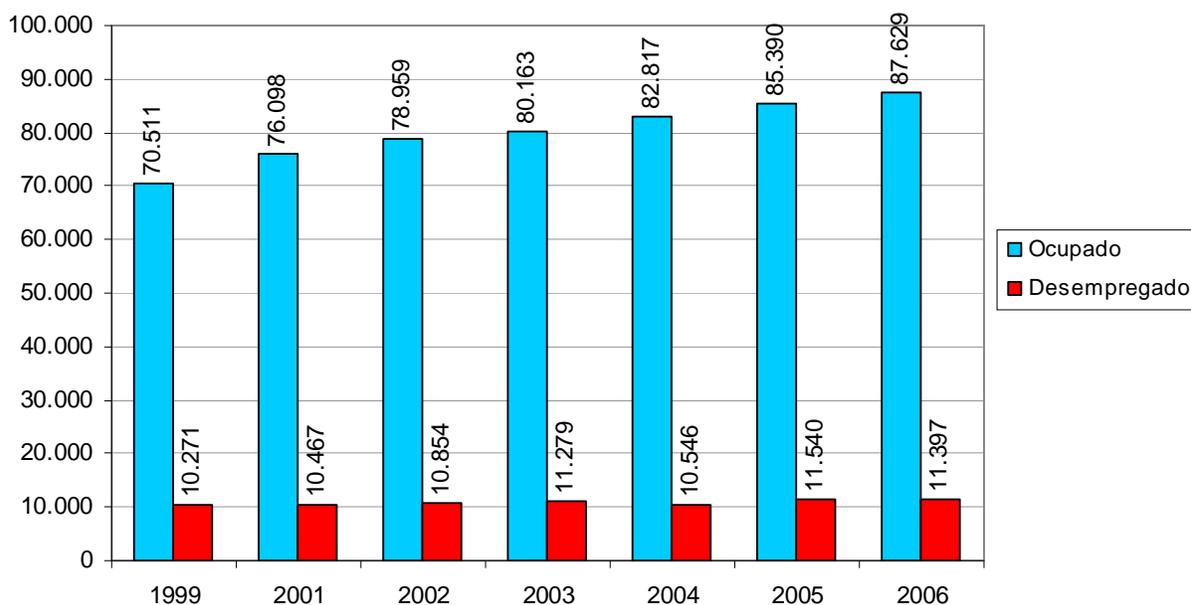


Figura 1 – População economicamente ativa (1.000 pessoas) segundo condição de atividade – Brasil 1999 a 2006¹

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A metodologia de classificação do desemprego pode ainda ocultar situações graves de precariedade do trabalho, como o desemprego oculto pelo desalento. O crescimento do desemprego de longa duração e o número de trabalhadores desencorajados a procurar trabalho por considerarem inexistentes as oportunidades exige uma maior abrangência para o prazo de procura por empregos. Tais recomendações se fazem ainda mais necessárias quando os meios convencionais de procura de emprego são insuficientes, o mercado de trabalho for desorganizado ou quando há uma absorção insuficiente da mão-de-obra (HOFFMANN & BRANDÃO, 1996).

A PNAD permite atualmente identificar o desemprego segundo quatro períodos de procura pelo emprego: uma semana, um mês, dois meses e um ano. Embora o período de uma semana seja utilizado oficialmente pelas estatísticas do IBGE, a desconsideração de um prazo maior de procura por emprego sujeita a análise a uma substancial subestimação da população desempregada, pois desconsidera as dificuldades estruturais de inserção no mercado de trabalho brasileiro. Os não ocupados que não procuraram emprego na semana mas que procuraram num período de até 1 ano representavam, em 2006, mais de 3,2 milhões de pessoas, ou 28% do total

de desempregados. O crescimento absoluto do desemprego entre 1999 e 2006 se deu, ainda, sobretudo sobre aqueles com prazo de procura superior a 1 semana, o que sugere a crescente relevância do desalento na procura pelo emprego.

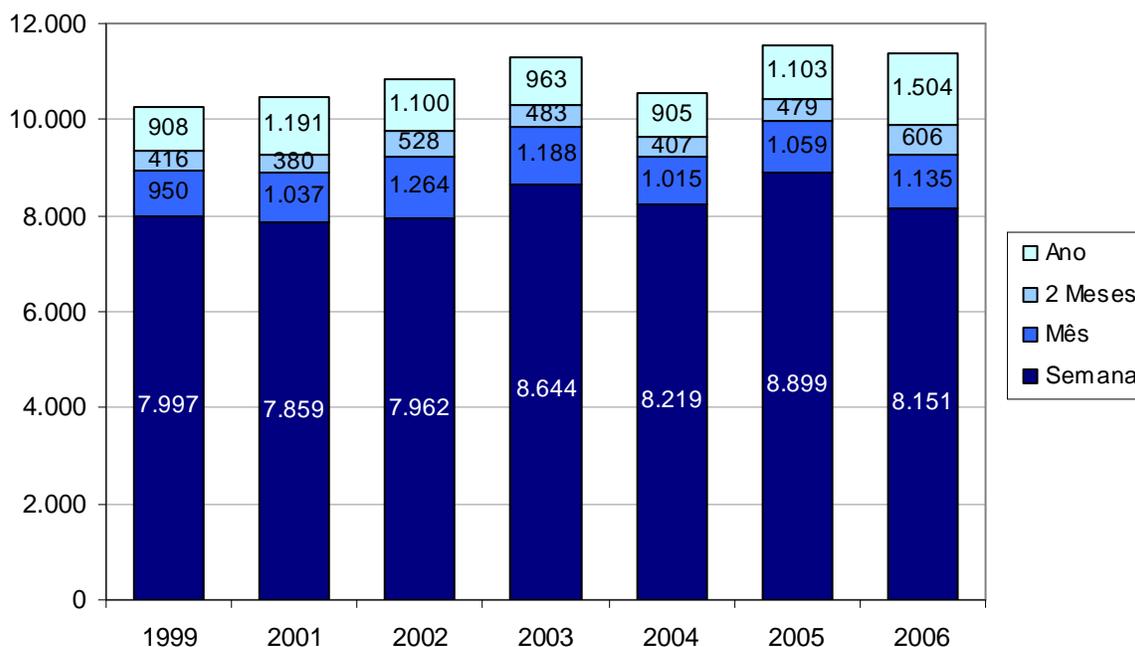


Figura 2 – População desempregada (1.000 pessoas) segundo tempo de procura por emprego – Brasil 1999 a 2006¹

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Excluídas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As condições desfavoráveis para inserção no mercado de trabalho penalizam principalmente os menos qualificados e este comportamento continuou sendo observado nos anos 2000. Após crescer sensivelmente até 2005, em 2006 reduziu em 5% o número de pessoas à procura do primeiro emprego. Mas, no cômputo geral, a proporção destes no conjunto da população desempregada passou de 27% para 28% entre 1999 e 2006.

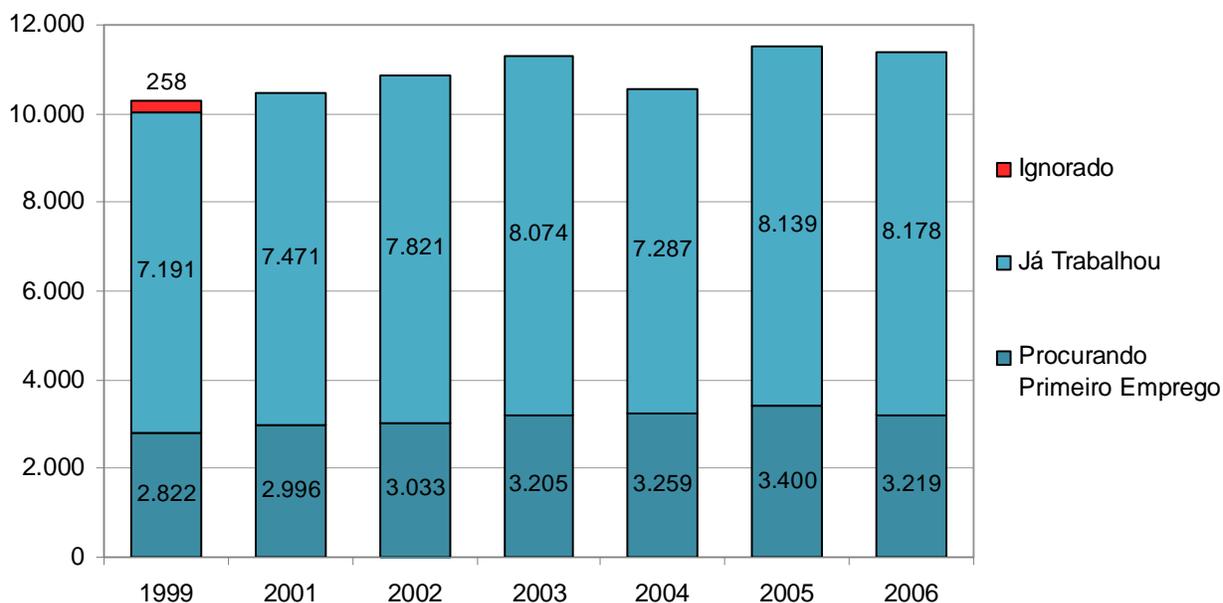


Figura 3 – População desempregada (1.000 pessoas) segundo condição anterior – Brasil 1999 a 2006¹

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O desemprego de longa duração também cresceu em termos absolutos, embora reduzira sua participação no conjunto de desempregados do país. Se considerada apenas a população desempregada que possuía emprego anterior, entre 1999 e 2006 caiu de 42% para 40% a parcela daqueles que estavam desempregados há mais de um ano (Tabela 4). Continuam, entretanto, representando uma parcela expressiva da população e caracterizam a deficiência do mercado de trabalho brasileiro em absorver seu excedente de mão-de-obra.

Outra característica importante do desemprego de longa duração é que este está diretamente associado à idade do trabalhador. Enquanto os jovens tendem a apresentar uma alta rotatividade no mercado de trabalho, ou seja, trocam de emprego com mais frequência e facilidade (FLORI, 2003), aqueles com mais idade permanecem mais tempo desempregados devido, sobretudo, à baixa oferta de ocupações condizentes à sua experiência. Para se ter uma idéia, trabalhadores com 40 anos ou mais de idade representavam, em 2006, 19% dos desempregados há até 1 ano e 46% dos desempregados há mais de 5 anos. Pode-se ainda afirmar que aumentou a dificuldade de realocação dessas pessoas mais experientes, já que, entre 1999 e

2006, aumentou a participação daqueles com 40 anos ou mais na massa de desempregados (23%) e de maneira mais intensa entre aqueles com 5 anos ou mais (43%).

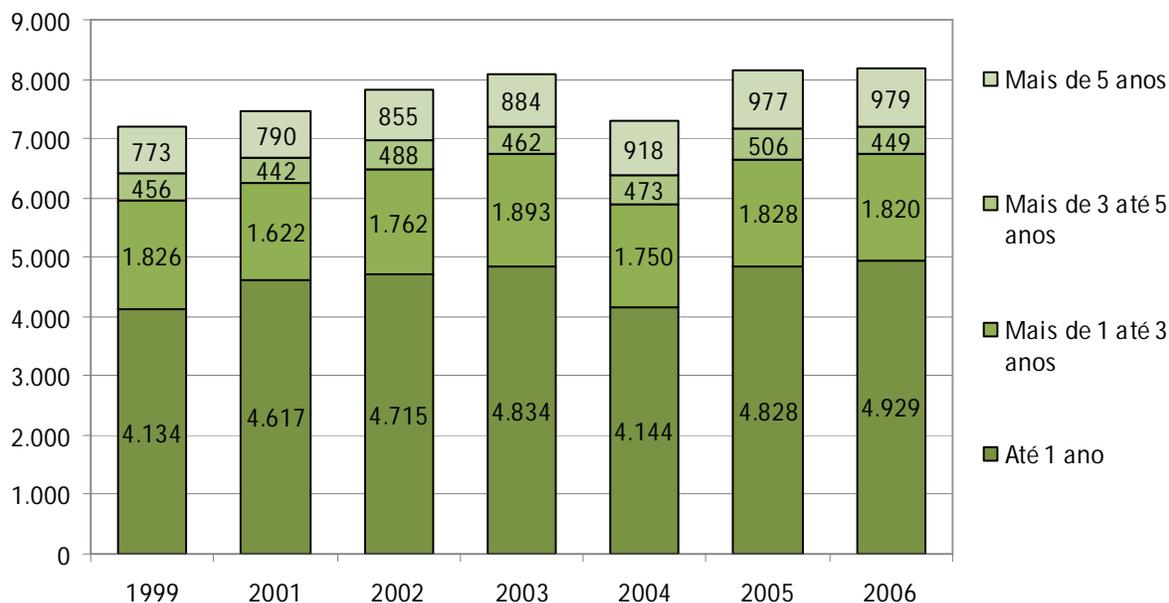


Figura 4 – População desempregada com emprego anterior (1.000 pessoas) segundo tempo de desemprego – Brasil 1999 a 2006¹

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

O desemprego concentra-se em termos absolutos e relativos nos pólos mais dinâmicos do Brasil (Tabela 1). Nas 10 principais regiões metropolitanas brasileiras⁴ estão 4,8 dos 11,4 milhões de desempregados do país em 2006 (42%) e a taxa de desemprego é 5 pontos percentuais superior às das demais localidades do país (15% contra 10%). Concentração extrema ocorre no estado de São Paulo onde, com 2,9 milhões de desempregados em 2006, estavam 28% dos desempregados do país. Além de ser o estado mais dinâmico e populoso (41,2 milhões de habitantes em 2006 ou 22% da população brasileira), São Paulo apresenta também a maior taxa de desemprego em relação às grandes regiões (13% em 2006). Em São Paulo, o desemprego é elevado tanto na sua principal região metropolitana (15% em 2006) quanto nas demais localidades (11% em 2006). Entretanto, a situação mais grave ocorre nas regiões metropolitanas

⁴ Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Brasília.

nordestinas, onde a taxa de desemprego corresponde a praticamente um quinto da população economicamente ativa e reflete o alto índice de pobreza e exclusão de sua população.

O crescimento do desemprego foi ligeiramente inferior nas regiões metropolitanas em relação às demais localidades, o que pode estar associado à maior geração de emprego nos setores mais dinâmicos voltados à exportação e consumo de bens duráveis nessas regiões. Na região metropolitana de São Paulo, por exemplo, o número de desempregados diminuiu em 101 mil pessoas e a taxa de desemprego caiu 4,3 pontos percentuais entre 1999 e 2006. Por outro lado, no Nordeste a situação ficou ainda mais dramática, aumentando em 767 mil o número de desempregados e em 1,1 ponto percentual a taxa de desemprego.

Tabela 1 – Taxa de desemprego (%) segundo faixa etária e grau de escolaridade – Brasil 1999 a 2006¹

Grande Região	1999			2006		
	Desempregados Pessoas (1.000)	% Total	TD (%)	Desempregados Pessoas (1.000)	% Total	TD (%)
Brasil	10.271	100,0	12,7	11.397	100,0	11,5
Regiões Metropolitanas	4.290	41,8	16,9	4.753	41,7	14,9
Demais Localidades	5.981	58,2	10,8	6.643	58,3	9,9
Norte	598	5,8	15,4	700	6,1	12,3
Região Metropolitana ²	98	0,9	20,4	176	1,5	17,0
Demais Localidades	500	4,9	14,7	524	4,6	11,2
Nordeste	2.468	24,0	11,0	3.235	28,4	12,1
Região Metropolitana ³	807	7,9	18,6	1.085	9,5	19,5
Demais Localidades	1.661	16,2	9,2	2.150	18,9	10,2
Sudeste – SP	2.140	20,8	12,5	2.437	21,4	11,6
Região Metropolitana ⁴	1.041	10,1	14,4	1.241	10,9	14,0
Demais Localidades	1.099	10,7	11,2	1.196	10,5	9,9
São Paulo	2.846	27,7	15,5	2.893	25,4	12,8
Região Metropolitana	1.720	16,7	19,0	1.619	14,2	14,7
Demais Localidades	1.125	11,0	12,0	1.274	11,2	10,9
Sul	1.457	14,2	11,1	1.326	11,6	8,4
Região Metropolitana ⁵	434	4,2	13,6	435	3,8	10,7
Demais Localidades	1.023	10,0	10,3	891	7,8	7,6
Centro-Oeste	763	7,4	13,1	805	7,1	11,2
Região Metropolitana ⁶	191	1,9	18,4	196	1,7	15,1
Demais Localidades	572	5,6	11,9	609	5,3	10,3

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

² Belém; ³ Fortaleza, Recife e Salvador; ⁴ Belo Horizonte e Rio de Janeiro; ⁵ Curitiba e Porto Alegre; ⁶ Brasília.

A distribuição espacial da taxa de desemprego e do número de desempregados (Figura 5) corrobora as análises anteriores e permite visualizar as principais características da distribuição regional do desemprego e sua dinâmica no território brasileiro entre 1999 e 2006: i) concentração da população desempregada nas regiões mais desenvolvidas; ii) ligeira redução da taxa de desemprego nos estados brasileiros; iii) deterioração dos indicadores de desemprego na região Nordeste.

Com exceção do Piauí e Alagoas, cresceu a taxa de desemprego nos demais estados nordestinos, sobretudo no Maranhão, onde aumentou em 167 mil o número de desempregados e a taxa de desemprego subiu 4,6 pontos percentuais. Entretanto, uma das piores dinâmicas do período foi observada no estado do Rio de Janeiro, onde está a terceira maior população desempregada do país (atrás de São Paulo e Minas Gerais). Nesse estado houve o maior aumento no número de desempregados entre 1999 e 2006, 252 mil (3,7% a.a.), enquanto que a taxa de crescimento da população ocupada foi uma das piores entre os estados brasileiros, 2,5% a.a..

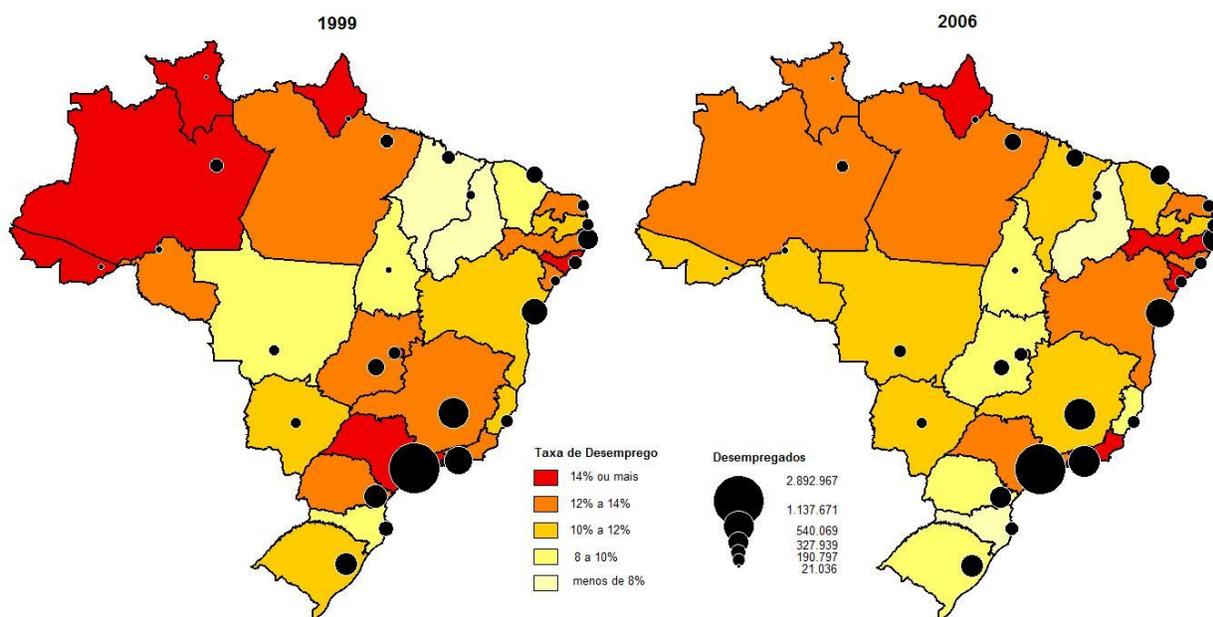


Figura 5 – Distribuição espacial da taxa de desemprego e número de desempregados – Brasil 1999 e 2006

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

Elaborado com Philcarto. Disponível em <http://philgeo.club.fr>

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

2 Propensão ao desemprego

Para avaliar como fatores sócio-demográficos influenciam, isoladamente, a condição de desemprego do trabalhador, estabeleceu-se uma relação logística entre a probabilidade da pessoa estar desempregada e diversos fatores associados a essa condição. Essa relação pode ser analisada através de um modelo de regressão *lógite*, que se baseia na função de probabilidade logística acumulada e é especificado por (Pindyck & Rubinfeld, 2004):

$$P_i = \frac{1}{1 + e^{-(\alpha + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki})}} \quad (1)$$

Onde P_i a probabilidade da i -ésima pessoa estar desempregada e x_{hi} , com $h=1, \dots, k$, são as k variáveis observáveis consideradas. Fazendo-se as devidas transformações, o modelo (1) pode também ser expresso pela seguinte relação log-linear:

$$\ln\left(\frac{P_i}{1 - P_i}\right) = \alpha + \beta_1 X_{1i} + \dots + \beta_k X_{ki} \quad (2)$$

A variável dependente do modelo (2) é o logaritmo natural da *razão de chances* de estar desempregado, ou seja, da razão entre a probabilidade da pessoa estar desempregada à de estar ocupada. Essa razão, também chamada de *odds ratio* (ou, neste trabalho, chance de desemprego ou propensão ao desemprego), expressa quantas vezes a chance de estar desempregado é maior que a chance da pessoa estar ocupada. O coeficiente β_h representa, dessa forma, a variação no logaritmo da razão de chances em virtude de uma variação unitária de X_h . Para obter a relação direta entre a variação de X_h e a variação no *odds ratio* deve-se calcular o antilogaritmo de β_h , ou seja, calcular e^{β_h} .

Foram ajustados dois modelos, utilizando as populações economicamente ativas de 1999 e 2006, sendo consideradas as seguintes variáveis sócio-demográficas:

- a) cinco variáveis binárias para distinguir seis regiões: Nordeste (*ne*), Norte urbano (*no*), Sudeste excluindo o Estado de São Paulo (*se_sp*), Sul (*su*), Centro-Oeste (*co*) e São Paulo (utilizado como base de análise);
- b) uma variável binária (*rm*) que assume o valor 1 quando a pessoa reside em área metropolitana e zero quando não é metropolitana;

- c) uma variável binária (*urbano*) que assume o valor 1 quando a pessoa reside em área urbana e zero quando é rural;
- d) anos de idade (*idade*) da pessoa;
- e) quadrado dos anos de idade da pessoa (*idade2*) para considerar uma relação quadrática entre propensão ao desemprego e idade, ou seja, redução dos jovens para adultos e crescimento dos adultos para os idosos;
- f) anos completos de estudo (*anosest*) da pessoa;
- g) quadrado dos anos de estudo (*anosest2*) para considerar uma relação quadrática entre anos de estudo e propensão ao desemprego ou seja, crescimento do 1º para o 2º grau e redução do 2º para o 3º grau de escolaridade;
- h) uma variável binária (*masc*) que assume 1 quando pessoa for do sexo masculino e 0 caso seja do sexo feminino;
- i) uma variável binária (*branco*) que assume 1 quando a pessoa for da cor branca ou amarela e 0 caso contrário (negro, pardo ou indígena);
- j) uma variável binária (*refer*) que assume 1 quando for pessoa de referência na família e 0 caso contrário;

Considerando o fator de expansão populacional da PNAD, todas as estimativas de máxima verossimilhança mostraram-se significativas supondo um erro máximo de 0,1% (Tabela 2), e permitem importantes considerações sobre o efeito isolado das características sócio-demográficas na propensão ao desemprego da população economicamente ativa.

Os coeficientes do modelo corroboram as análises anteriores e indicam que, independente das características sociais de cada região, o desemprego é maior em São Paulo e na região Nordeste, nas regiões metropolitanas e, sobretudo, concentrado nas áreas urbanas. Identificam ainda a magnitude do avanço do desemprego na região Nordeste. As relações mais extremas com a condição de desemprego, que eram observadas em São Paulo até 1999, passaram a ser observadas no Nordeste em 2006. Em 1999 a chance de desemprego no Nordeste equivalia a apenas 81% da observada em São Paulo e, em 2006, passou a ser 8% superior à desse Estado,

independente de suas características sociais. Dinâmica inversa ocorreu na região Sul, que reduziu de 85% para 75% sua relação com a chance de desemprego em São Paulo.

A redução menos acelerada do desemprego nas áreas metropolitanas fez aumentar sua concentração em relação às áreas não metropolitanas. Em 1999, a chance de desemprego nas áreas metropolitanas era 45% superior à das áreas não metropolitanas e passou a ser 54% superior em 2006. Também não reduziu a extrema concentração da população desempregada nas áreas urbanas, que, em 2006, apresentavam propensão ao desemprego 3,6 vezes superior à das áreas rurais.

Também é possível identificar importantes associações entre o desemprego e as características sociais dos trabalhadores. Mantendo-se constante os demais fatores e simulando a propensão ao desemprego para diferentes idades do trabalhador, observa-se uma relação em forma de “U”. Em outras palavras, a chance da pessoa ficar desempregada reduz com a experiência do trabalhador mas passa a crescer próxima aos 60 anos de idade. Adultos têm, usualmente, mais experiência profissional e mais facilidade para se inserirem no mercado de trabalho que os jovens, além do custo do desemprego para os adultos ser, usualmente, maior que para os jovens, já que é menor a probabilidade desses serem dependentes de outros integrantes familiares. Para aqueles com 60 anos de idade ou mais, as dificuldades de realocação no mercado de trabalho prolongariam seu período de procura e seriam uma das principais responsáveis pela sua maior propensão ao desemprego.

Fazendo a mesma simulação para a qualificação do trabalhador, ou seja, mantendo-se constante os demais fatores e estimando a propensão ao desemprego para diferentes anos de escolaridade do trabalhador, observa-se uma relação em forma de “U” invertido. Em outras palavras, a propensão ao desemprego cresce para os primeiros anos de escolaridade do trabalhador mas passa a decrescer a partir de seu 7º ano de escolaridade. Esse fenômeno estaria associado à maior duração do desemprego entre os mais qualificados, fazendo com que a magnitude do desemprego entre aqueles com baixa escolaridade seja inferior à daqueles, por exemplo, com segundo grau, embora seja menor a probabilidade destes últimos entrarem em situação de desemprego (BARROS *et al.*, 1997).

Trabalhadores brancos e, sobretudo, homens apresentam menores chances de estarem desempregados. A propensão ao desemprego dos brancos representava, em 2006, 84% da propensão dos não brancos, o que pode estar associado à própria distribuição setorial do

desemprego. A taxa de desemprego é, por exemplo, mais elevada no setor da construção civil e em posições sem carteira de trabalho (BARROS *et al.*, 1997), onde se concentra parcela significativa dos trabalhadores negros (GORI MAIA & GARCIA, 2007). Já a diferença entre homens e mulheres pode ser explicada, além da estrutura setorial, pelo tempo de procura por um novo emprego. Para se ter uma idéia, para aqueles que já haviam trabalhado, o tempo médio de desemprego era, em 2006, de 19 meses para homens e 31 meses para mulheres. Conseqüentemente, a propensão ao desemprego para os homens representava apenas 53% daquela das mulheres.

O custo do desemprego tende a ser superior para as pessoas responsáveis por suas famílias, independentemente de sua qualificação, experiência ou região geográfica, e, conseqüentemente, sua propensão ao desemprego é substancialmente inferior à dos demais integrantes familiares. Representava, em 2006, apenas 66% da propensão ao desemprego dos demais integrantes familiares.

Substituindo os coeficientes do modelo (2) na equação (1) também é possível estimar a taxa de desemprego, ou probabilidade de estar desempregado, para cada combinação de características sócio-demográficas. Essa simulação permite destacar a distribuição desigual da taxa de desemprego no território nacional e seus elevados índices para boa parte dos grupos sociais. Por exemplo, um trabalhador do sexo masculino, com 30 anos de idade, da cor branca, com apenas o 1º grau de escolaridade, responsável por sua família, residente em uma área urbana não metropolitana da região Sul, apresentaria uma das menores probabilidades de estar desemprego em 1999, próxima a 7,5%. Em 2006, essa probabilidade caíra para 5,5%.

Entretanto, caso o mesmo trabalhador morasse em uma área metropolitana, suas probabilidades de estar desempregado passariam para 10,5% em 1999 e 8,3% em 2006. Caso residisse na região Nordeste, passariam para 10% em 1999 e 11,5% em 2006. Na mesma região e com a mesma escolaridade, uma mulher não branca responsável por sua família teria 19% de probabilidade de estar desempregada em 1999 e 22% em 2006.

Tabela 2 – Estimativas de máxima verossimilhança para logaritmo da razão de chances de desemprego – Brasil 1999 e 2006¹

Parâmetro	1999			2006		
	$\hat{\beta}$	S_{β}	$P(\chi^2 > \chi_c^2)$	$\hat{\beta}$	S_{β}	$P(\chi^2 > \chi_c^2)$
Intercepto	-0,6659	0,0027	***	-0,390	0,0028	***
no	-0,0727	0,0017	***	-0,095	0,0015	***
ne	-0,2109	0,0011	***	0,078	0,0010	***
se_sp	-0,1848	0,0010	***	-0,077	0,0010	***
co	-0,1161	0,0015	***	-0,054	0,0014	***
su	-0,1580	0,0012	***	-0,283	0,0012	***
rm	0,3745	0,0008	***	0,433	0,0007	***
urbano	1,2517	0,0013	***	1,277	0,0014	***
idade	-0,0892	0,0001	***	-0,110	0,0001	***
idade2	0,0007	0,0000	***	0,001	0,0000	***
anosest	0,1211	0,0003	***	0,117	0,0004	***
anosest2	-0,0103	0,0000	***	-0,010	0,0000	***
masc	-0,4975	0,0008	***	-0,625	0,0007	***
branco	-0,2343	0,0008	***	-0,181	0,0007	***
refer	-0,5016	0,0009	***	-0,413	0,0008	***

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

*** Significância a 0,01%

¹ Excluiu áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Conclusões

Após uma ligeira recuperação da economia nos anos 2000, este trabalho descreveu os principais impactos sobre a estrutura do desemprego no Brasil. De maneira geral, observou-se uma tênue melhora nos indicadores de desemprego do país, embora permaneça uma situação extrema de exclusão de parcela expressiva da população economicamente ativa, concentração regional áreas mais desenvolvidas do país e deterioração da condição em uma das regiões mais carentes do país.

Cresceu em ritmo mais acelerado o número de desempregados com período de procura superior a 1 semana e aqueles a procura do primeiro emprego. Por outro lado, reduziu ligeiramente o tempo de desemprego, o que indica uma pequena melhora na probabilidade daqueles que já trabalharam encontrarem uma nova posição no mercado de trabalho.

A análise regional evidenciou uma maior redução da taxa de desemprego nos pólos mais dinâmicos do país, embora permaneça ainda uma extrema concentração do número de desempregados nas regiões metropolitanas e, em especial, no estado de São Paulo. A região

Nordeste, que já apresentava situação delicada em 1999, ficou em posição ainda mais dramática com o expressivo crescimento do número e da taxa de desemprego entre 1999 e 2006.

Constatou-se ainda que o que determina a propensão ao desemprego não são apenas as características sociais de sua população, mas também significativas diferenças entre as principais regiões do país. Indivíduos com características semelhantes estão mais propensos ao desemprego nas áreas urbanas metropolitanas, sobretudo no estado de São Paulo e, recentemente, na região Nordeste.

Bibliografia

ANTUNES, R. (2000). **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial.

BALTAR, P.; KREIN, J. D.; MORETTO, A. (2006). **O emprego formal nos anos recentes**. Carta Social e do Trabalho. Campinas: CESIT/IE/UNICAMP, n. 3.

BARROS, R. P.; CAMARGO, J. M.; MENDONÇA, R. (1997). **A estrutura do desemprego no Brasil**. Texto para Discussão. Rio de Janeiro, IPEA, n. 478.

CHAAD, J. P. Z. (2003). Tendências recentes no mercado de trabalho: pesquisa de emprego e desemprego. **São Paulo em Perspectiva**, v. 17, n. 3-4, São Paulo, jul/dec 2003.

DEDECCA, C. S. (1996). **Desemprego e regulação no Brasil hoje**. Cadernos CESIT, Instituto de Economia da UNICAMP, n. 20.

FLORI, P. M. (2003). **Desemprego de jovens no Brasil**. In: XXXI Encontro Nacional de Economia, Porto Seguro.

HENRIQUE, R. (2000). (Org). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HOFFMANN, M. P.; BRANDÃO, S. M. C. (1996). **Medição de emprego: recomendações da OIT e práticas nacionais**. Campinas: Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho, UNICAMP, Cadernos do CESIT, n. 22.

GORI MAIA, A. (2007). **Classe sócio-ocupacionais e mercado de trabalho no Brasil: uma análise para o período 1981 a 2005**. In: Encontro latinoamericano de sociologia del trabajo. Montevideú.

GORI MAIA, A.; GARCIA, V. G. (2007). **Desigualdade e discriminação segundo gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro: 1982 e 2005**. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Economia do Trabalho, Salvador.

PINDYCK, R. S.; RUBINFEL, D. L. (2004). **Econometria: modelos & previsões**. Rio de Janeiro: Elsevier.